

A comunicação digital e as pautas das deputadas brasileiras “de direita” no Instagram

Digital communication and the agendas of “right-wing” Brazilian deputies on Instagram

RAYZA SARMENTO

MARIA LIGIA G.G RODRIGUES ELIAS

GABRIELLE MARQUES

RESUMO:

Este artigo discute a comunicação digital, na rede social Instagram, de nove deputadas federais eleitas por partidos de direita em 2018 no Brasil. Entre as analisadas, cinco foram definidas a partir do maior número de seguidores por região, e quatro a partir de alto grau de projeção nacional. O objetivo central do artigo foi realizar uma análise temática do conteúdo das parlamentares na rede social para compreender, nos meses de março e maio dos anos de 2019 a 2021, quais temas específicos relativos a questões de gênero e especificamente aos direitos das mulheres foram mobilizados pelas legisladoras nas postagens. Teoricamente, o artigo se ampara nas discussões contemporâneas sobre as relações entre gênero, democracia e conservadorismo e também discute as especificidades da comunicação política a partir da plataforma Instagram, marcada por extrema personalização. O tema mais recorrente no *corpus* analisado foi a participação política de mulheres, seguido de conteúdos sobre família e violência. Os resultados da análise da comunicação das parlamentares de direita apontam para tematização de pautas clássicas ligadas aos movimentos feministas, mas enquadradas de forma diferente a partir do viés de direita.

Palavras-chave: Mulheres conservadoras; Partidos de direita; Instagram.

ABSTRACT:

This article discusses the digital communication, on social network Instagram, of nine female federal deputies elected by right-wing parties in 2018 in Brazil. Among those analyzed, five were defined based on the largest number of followers per region and four based on extreme national projection. The central objective of the article was to build a thematic analysis of the content of female parliamentarians on the social network to understand, in the months of March and May of the years 2019 to 2021, which specific themes related to gender issues and specifically to women's rights were mobilized by the female legislators in posts. Theoretically, the article is based on contemporary discussions about the relationship between gender, democracy and conservatism and also discusses the specificities of political communication from the Instagram platform, marked by extreme personalization. The most frequent topic in the analyzed corpus was the political participation of women, followed by content about family and violence. The results of the analysis of the right-wing parliamentarians' communication point to the thematization of classic guidelines linked to feminist movements, but framed differently from a right-wing bias.

Key words: Conservative women; Right-wing parties; Instagram

INTRODUÇÃO

Este artigo se volta à comunicação digital de deputadas federais eleitas por partidos de direita para a Câmara dos Deputados no Brasil em 2018, ano em que um grande número de políticos conservadores ocupou o legislativo federal do país junto com a vitória de Jair Bolsonaro à Presidência da República. Nosso objetivo foi analisar as pautas e discursos mobilizados pelas parlamentares durante duas datas comemorativas: o Dia Internacional da Mulher (8 de março) e o Dia das Mães (segundo domingo de maio). Para isso, selecionamos aquelas que eram mais seguidas em cada região do país e as que possuíam extrema projeção nacional. Por meio da combinação de análise temática de conteúdo e análise do discurso, foram codificados, a partir de temas atinentes às políticas para as mulheres, 423 *posts* do Instagram de nove parlamentares.

A ideia deste texto parte de contato com a literatura que vem diagnosticando o uso de pautas historicamente ligadas ao movimento feminista nas expressões públicas de representantes de viés conservador. O conservadorismo possui uma importante dimensão temporal, em que o passado é tido como o reservatório do capital de experiências para a sociedade, o que permitiria a preservação, no presente, das tradições que naturalmente emergiram e sobreviveram, sendo assim, as que levariam a uma vida melhor. Por isso, é contrário à interferência do Estado para combater desigualdades e injustiças sociais. Além disso, é baseado na ideia da autoridade e condicionado historicamente (SCRUTON, 1980).

À vista disso, buscamos entender como o viés conservador se expressa nos perfis das legisladoras federais elencadas para este estudo, afiliadas a partidos de direita. Por muitas vezes, tais deputadas se assumem conservadoras, mas não se privam de disputar o campo de políticas para mulheres.

Além desta introdução e dos apontamentos finais, o trabalho se divide em três partes: a) na discussão teórica, articula o debate contemporâneo sobre comunicação política digital, sobretudo a partir da personalização do uso das redes, e os debates sobre representação política de mulheres e conservadorismos; b) em seguida, apresenta os procedimentos metodológicos; e, após, c) expõe o resultado da análise de 423 postagens das parlamentares à direita, as quais revelam mobilização e ressignificação de temáticas historicamente associadas à agenda feminista.

1. COMUNICAÇÃO POLÍTICA DIGITAL E MULHERES DE DIREITA

Os modos de representação midiática de mulheres ocupantes de cargos eletivos, em veículos tradicionais, são uma preocupação de cientistas políticas e comunicólogas há algumas décadas. Padrões de visibilidade desiguais, ênfase em questões de foro íntimo ou de aparência e infantilização estão entre alguns dos achados desses estudos (MIGUEL; BIROLI, 2011; NORRIS, 1997; ROSS, 2002). Neste artigo, nos somaremos a essas reflexões, mas observando o ambiente digital, a partir da comunicação produzida não mais *sobre* as eleitas, mas *pelas* próprias representantes, que se tornam (individualmente ou a partir de suas equipes profissionais e assessorias) criadoras e disseminadoras de conteúdo (SANTIAGO; CASTELO, 2020).

Para isso, observamos especialmente uma rede social de crescente utilização no Brasil e em outros países da América Latina, o *Instagram* (IG). No país, são cerca de 100 milhões de usuários da plataforma, inicialmente focada em compartilhamento de fotografias¹. Embora não tenha sido projetado como uma ferramenta específica para a comunicação política, o *Instagram* vem sendo utilizado por atores políticos em momentos eleitorais e não-eleitorais (SLIMOVICH, 2021). Um conjunto de estudos recentes aponta para algumas características centrais e potenciais da referida plataforma para a comunicação política, as quais se ligam à centralidade da dimensão visual no uso das redes sociais

¹ Dados da Statista: <https://www.statista.com/statistics/578364/countries-with-most-instagram-users/>. Acesso em 07.09.2022.

(FILIMONOV; RUSSMANN; SVENSSON 2016); à importância dada na contemporaneidade à socialização da vida privada e à ideia de “proximidade” do representante com o público (QUEVEDO-REDONDO; PORTALES-OLIVA, 2017; PINEDA; BELLIDO-PÉREZ; BARRAGÁN-ROMERO, 2020; SLIMOVICH, 2021; TIRADO-GARCIA; DOMÉNECH-FABREGAT, 2021), que está ligada à estratégia de “humanização” do político (SELVA-RUIZ; CARO-CASTAÑO, 2017); à boa usabilidade da plataforma e potencial de viralização do conteúdo (HEMSLEY; MASON, 2013; CALDEIRA; DE RIDDER; VAN BAUWEL, 2018); e a um apelo bastante forte ao público jovem (TARULLO, 2021).

A partir da compreensão de tais características acerca do *Instagram*, interessa-nos entender como parlamentares à direita do espectro político utilizaram a plataforma, especialmente nos temas tangentes aos direitos das mulheres – um recorte pouco explorado na discussão sobre política e comunicação *on-line*. Sem necessariamente focar as mulheres, são cada vez mais frequentes os trabalhos preocupados com os chamados “mandatos digitais” ou uso das plataformas de mídias sociais na construção da imagem pública dos representantes. Como exemplo, há a pesquisa de Barros e colaboradores (2021), a qual atesta que os deputados federais brasileiros têm compreendido, cada vez mais, a importância da comunicação digital, especialmente segmentada por plataforma. O Instagram, de acordo com a pesquisa, é a segunda rede de preferência dos gabinetes, após o Facebook, citado em primeiro lugar. Os autores afirmam que o “compartilhamento da vida cotidiana do parlamentar”, a “utilização de recursos visuais mais elaborados” e a “utilização de linguagem mais informal” (BARROS *et al.*, 2021, p.72) estão entre os três elementos mais citados na compreensão sobre o conteúdo publicado em perfis do Instagram, ressaltando, assim, dinâmicas recentes e específicas dessa arena comunicacional.

Para compreender melhor a relação entre a atuação política e comunicacional do grupo aqui analisado, recorreremos, a seguir, a uma revisão mais detida da profícua literatura sobre gênero, política e conservadorismo nos dias atuais.

1.1 - Gênero, política e conservadorismo

Apesar das relações positivas entre partidos de esquerda e eleições de mulheres no Brasil (ARAÚJO, 2005), o pleito de 2018 marcou uma mudança neste quadro, dado que o número de representantes eleitas por partidos de direita ultrapassou o número das de esquerda (BABIRESKI; EDUARDO; LORENCETTI, 2020). Nesse sentido, é importante entender a relação entre conservadorismo e eleição de mulheres.

O conservadorismo emerge em crítica aos processos revolucionários que aconteceram na Europa no século XVIII. Sua natureza é a predileção pelo conhecido, pela tradição, pelo experienciado, pelo próximo em oposição a utopias e racionalidades abstratas. É possível pensar em três valores centrais para a ideologia conservadora: a crença nas origens não humanas da ordem social (a sociedade é dotada de uma natureza intrínseca, que deve ser mantida), a preocupação com o controle da mudança (a mudança não deve acontecer a partir de justificativas racionais e abstratas) e a organização do seu sistema teórico a partir dos seus adversários (ganha corpo quando alguma tradição é ameaçada) (LYNCH, 2017). Além disso, movimentos conservadores e de direita são intimamente relacionados (HIRSCH-HOEFLER; MUDDE, 2013). De um modo geral, caracterizam-se como “de direita” os movimentos e partidos que rejeitam valores democráticos liberais, como a pluralidade de visões. Eles também revelam antipatia por minorias, imigrantes e refugiados e promovem valores tradicionais conservadores muitas vezes enraizados em visões religiosas (BLEE; CREASAP, 2010; MOGHADAM; KAFTAN, 2019; PAYNE; DE SOUZA SANTOS, 2020).

Diferentes pesquisas apontam que, em todo o mundo, o crescimento da direita, seus movimentos, partidos políticos, organizações, discursos e narrativas é atravessado por questões de gênero (ALONSO; LOMBARDO, 2018; BIROLI, 2014; GRZEBALSKA; PETÓ, 2018; KRIZSAN; ROGGE BAND, 2019; KUHAR; PATERNOTTE, 2017; VERLOO, 2018). Consequentemente, para a compreensão da direita no mundo, é necessário mobilizar a categoria gênero, compreendida como um construção e prática social e, ao mesmo tempo, como um eixo de desigualdade que se relaciona ao racismo, pobreza e neoliberalização econômica (DIETZE; ROTH, 2020; GRZEBALSKA; PETÓ, 2018).

O uso de gênero como uma “cola simbólica” (KOVÁTS; PÕIM, 2015) que aglutina diferentes forças, atores e agendas políticas conservadoras e reacionárias tem sido eficiente na construção de pânico morais (MISKOLCI; CAMPANA, 2017; SPIERINGS, 2020), que visam não apenas a se opor aos direitos defendidos por setores progressistas, especialmente direitos LGBTQI+, direitos sexuais e reprodutivos; a ideia também tem sido fundamental para, além da disputa por políticas específicas que visam à igualdade de gênero, deslegitimar os valores normativos sobre os quais essas políticas se fundamentam (DIETZE; ROTH, 2020; KRIZSAN; ROGGE BAND, 2019; KUHAR; PATERNOTTE, 2017; RAMÍREZ, 2020).

Apesar das especificidades locais, estabelece-se como um padrão dos movimentos de direita a sua ferrenha oposição às mudanças políticas e sociais relacionadas à sexualidade e à equidade de gênero. Tal oposição possui diferentes dimensões, que estão ligadas tanto a ideologias nacionalistas como a políticas com ênfase na família, além de uma disputa pela linguagem e pelo significado dos direitos humanos (KRIZSAN; ROGGE BAND, 2019; KUHAR; PATERNOTTE, 2017). Na América Latina, e especificamente no Brasil, o crescimento dos movimentos e organizações de direita está também relacionado às estruturas racistas e desiguais, bem como aos autoritarismos e ao entrelaçamento entre política e religião -- área em que a igreja Católica e, mais recentemente, as neopentecostais exerceram e exercem influência na formação do Estado e na condução de políticas (CORRÊA, 2017; CORRÊA; KALIL, 2020; MACHADO, 2018; RAMÍREZ, 2020; VAGGIONE; MACHADO, 2020).

Apesar das variações de cada país, visões regressivas de políticas de gênero se destacam em seus programas que, em geral, promovem visões tradicionalistas e idealizadas das famílias e uma demonização de movimentos progressistas e feministas (ENLOE *et al.*, 2019; GUTSCHE *et al.*, 2018). Assim, as mulheres envolvidas nesses movimentos e partidos promovem políticas antifeministas opondo-se aos direitos de autodeterminação das mulheres, sobretudo em se tratando dos direitos sexuais e reprodutivos.

Porém, não seria possível caracterizar as mulheres de direita como simples “agentes do patriarcado” ou equacionar os seus posicionamentos políticos a um “retorno das mulheres para a cozinha” (GUTSCHE *et al.*, 2018). Movimentos e partidos de direita, ao mesmo tempo em que se caracterizam por uma hipermasculinidade e uma defesa de padrões tradicionais de gênero e feminilidade, associando mulheres aos papéis sociais de mãe e de cuidadoras, também acomodam e impulsionam visões de uma feminilidade mais combativa, como no caso de movimentos de direita militarizados (milícias), que promovem nas mulheres um senso de dignidade, força, capacidade física ligada a armas, prática de tiros e atividades militares, de tal forma que ideias promovidas pelos feminismos (de que mulheres são fisicamente capazes) são mobilizados também por movimentos de direita (ENLOE *et al.*, 2019).

Assim, mulheres de direita são quadros estratégicos nos movimentos e partidos políticos, uma vez que se diferenciam das mulheres feministas e de esquerda e, ao mesmo tempo, oferecem face e corpo feminino para as ideologias de direita. Ou seja, mulheres de direita oferecem uma combinação específica de gênero (mulheres) com a ideologia (direita)

(BEALL; BARNES, 2020; WINEIGER; NUGENT, 2020). Dessa maneira, ao mesmo tempo em que a ideologia de direita rejeita as chamadas “políticas identitárias”, as mulheres de direita mobilizam seu *status* como mulheres para promover suas visões políticas que tendem a enfatizar papéis tradicionais de gênero, fundamentados em explicações derivadas de um determinismo biológico e ideologias religiosas, para, assim, informar seus posicionamentos políticos.

Além disso, grupos de direita europeus utilizam ideias de igualdade de gênero para justificar suas retóricas racistas e políticas que caracterizam homens mulçumanos e migrantes como uma ameaça à comunidade e às mulheres. Assim, questões como feminicídio e violência contra mulher são associadas a esses grupos, fundamentando uma ideia de “femonacionalismo”, a qual evoca direitos das mulheres para estigmatizar imigrantes e, ainda, para construir narrativas sobre os perigos da migração para o ideal de nação e homogeneidade cultural dos países (DIETZE; ROTH, 2020; MOGHADAM; KAFTAN, 2019).

No Brasil, a ênfase na família e no papel de cuidado das mulheres é acentuada pela adoção de políticas neoliberais que erodem direitos trabalhistas e retiram do Estado a obrigação de dar suporte ao cuidado, assim tornando as famílias ainda mais vulneráveis e dependentes de assistência ofertada por igrejas neopentecostais e católicas. Desse modo, a individualização da responsabilidade e as crises sociais e econômicas são insumos que alimentam uma retórica conservadora, alinhada a uma visão religiosa cristã (VAGGIONE; MACHADO, 2020).

Esse quadro se tornou ainda mais complexo diante da pandemia de Covid-19, cujas consequências aprofundaram as desigualdades socioeconômicas sistemáticas ligadas ao gênero e aos cuidados e acentuaram a vulnerabilidade dos grupos sociais em estado de precariedade. Nesse contexto, políticos e atores de direita reforçaram uma visão de mundo que naturalizava a divisão sexual do trabalho e a ideia de valores familiares tradicionais (ROTH, 2020). No caso brasileiro – o segundo maior número de mortes e casos de Covid-19 no mundo –, a resposta do Estado violou os direitos humanos ao minimizar a pandemia, ao escolher deliberadamente não controlar a doença e ao espalhar métodos não científicos de cura (VENTURA; REIS, 2021). É diante desse cenário internacional de aumento de movimentos à direita, junto de eleição de mulheres que defendem tais princípios, que esta discussão é proposta.

2. APONTAMENTOS METODOLÓGICOS

Metodologicamente, observamos, a partir do *Instagram*, como as deputadas eleitas por legendas brasileiras à direita do espectro político tematizam e expõem demandas relacionadas ao gênero em dois meses do ano em que tais pautas emergem, sobretudo em função de duas datas comemorativas: o Dia Internacional da Mulher (8 de março) e o Dia das Mães (segundo domingo de maio), explicitando, assim, uma amostra intencional. O artigo realiza um levantamento quantitativo e uma categorização das postagens de deputadas em tal temporalidade, fazendo uma análise qualitativa do material.

Para isso, mobilizamos as definições pioneiras de Bardin (2016, p. 48), a qual entende a análise de conteúdo como voltada a obter a partir de “procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (*quantitativos ou não*) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens” (grifos nossos). A autora indica que o *corpus* definido para a pesquisa deve atender às regras da exaustividade, representatividade e pertinência, as quais buscamos garantir a partir da definição de um conjunto de parlamentares proeminentes e influentes em suas redes, da coleta total em um período delimitado e relacionado às motivações do estudo. Alinhada, ainda, com Bardin (2016, p. 134), a análise de conteúdo aqui aplicada se voltou ao que a autora entende como “análise temática”, a qual se propõe a “descobrir os “núcleos de sentido” que compõem a comunicação. A codificação foi realizada de forma manual, após treinamento, por uma das autoras, e checada pelas demais, cabendo ressaltar a experiência teórica prévia das codificadoras com as categorias construídas².

Após essa categorização temática, passamos à análise dos discursos, em perspectiva crítica, das postagens e imagens apresentadas pelas parlamentares nas contas de *Instagram*. A noção de discurso se ampara nos estudos faircloughnianos, para quem, segundo Resende e Ramalho (2006, p. 25), trata-se de um “modo de ação historicamente situado”. Por meio de excertos das postagens, exploramos os sentidos expressos pelas deputadas conservadoras no conjunto de temas mais recorrentes em seus perfis.

O primeiro procedimento realizado foi o de avaliar o uso de contas no *Instagram* por cada uma das 31 deputadas eleitas por partidos de direita em 2018 (PSL, PSD, DEM,

² Entendemos a pertinência da discussão mais atual sobre análise de conteúdo, sobretudo aquelas que preconizam a realização de teste específico, como Sampaio e Lycarião (2021), para lidar com a fidedignidade. Contudo, a não existência de teste estatístico de confiabilidade não invalida uma categorização temática, uma vez que, como sustenta Bauer (2003, p. 209), “a fidedignidade apenas indica uma interpretação objetiva, que não é necessária para uma interpretação válida”.

PL, PP, Podemos, PTB, PRB, PR e NOVO). A classificação dos partidos seguiu as elaborações de Power e Zucco (2009), Tarouco e Madeira (2013) e Codato, Berlatto e Bolognesi (2018). Todas as parlamentares utilizam tal rede social, mas os números de publicações e seguidores são bastante distintos. Para fins deste trabalho, analisamos os perfis daquelas com maior número de seguidores em cada uma das cinco regiões do Brasil, junto das mulheres que possuem expressiva proeminência nacional, com cargos importantes em comissões legislativas. Integram este estudo as postagens relativas às mulheres, seus direitos ou à ideia de família publicadas nos meses de março e maio, de 2019 a 2021, das seguintes legisladoras: Bia Kicis, Carla Zambelli, Joice Hasselmann e Flordelis, que integram a amostra pelo expressivo número de seguidores e projeção midiática nacional; e ainda Caroline de Toni (Sul), Flávia Arruda (Centro-Oeste), Jaqueline Cassol (Norte), Major Fabiana (Sudeste) e Professora Dayane Pimentel (Nordeste), como as mais seguidas em cada região do país

Inicialmente, operacionalizamos a análise de conteúdo para coleta, catalogação e construção das categorias das postagens. O banco de dados é composto por data, *link* do *post*, e o número de postagens de cada perfil junto da categorização temática dos *posts*.

Antes de explorar os achados, é importante resgatar o perfil das parlamentares aqui analisadas. Nas nove deputadas que compõem o universo da pesquisa, é possível encontrarmos trajetórias políticas distintas, embora todas estejam em exercício do primeiro mandato legislativo federal. Flávia Arruda (PL) e Jaqueline Cassol (PP) possuem capital político familiar prévio, proveniente do marido e da família, respectivamente, e vinculado a partidos tradicionais de direita, estando inseridas em uma rota de ingresso comum, diagnosticada pela literatura brasileira (ARAÚJO, 2010; MORITZ, 2019).

Ao lado deste perfil tradicional de trajetória está o maior número de deputadas analisadas no trabalho - Major Fabiana, Bia Kicis, Caroline de Toni, Professora Dayane Pimentel, Carla Zambelli e Joice Hasselmann, todas filiadas ao PSL. Estas deputadas ganharam notoriedade na política, sobretudo, a partir do apoio ao processo de *impeachment* de Dilma Rousseff e aos desdobramentos da Operação Lava Jato, aliando-se à candidatura à Presidência de Jair Messias Bolsonaro em 2018. Elas se aproximam do que Babireski, Eduardo e Lorencetti (2020) denominam como *novas formas de ativismo*, justamente pela origem nos movimentos anticorrupção e envolvimento com discussões da nova direita desde, pelo menos, 2013. É importante destacar, ainda, que Joice Hasselmann foi a deputada federal eleita com maior número de votos no pleito de 2018. Outra parlamentar que integra o *corpus* é Flordelis (PSD), que se enquadra no que Moritz (2019) entende como

“outsider”, uma categoria composta por mulheres que ganharam proeminência pela atuação profissional, como celebridades ou a partir de atuação religiosa.

3. ANÁLISE

O primeiro esforço analítico foi o de quantificar os dados das categorias coletadas, entre os anos de 2019 e 2021, optando por não analisar o ano de 2022 dadas as especificidades do ano eleitoral. Os *posts* do *corpus* foram distribuídos de forma similar entre os dois períodos estabelecidos, sendo 50,12% deles realizados em março e 49,88% em maio. Buscamos observar, também, se os conteúdos faziam alusão direta às datas, com cerca de 35% deles diretamente relacionados, boa parte como *posts* “comemorativos”. Ressaltamos que o foco da análise está para além desses conteúdos em alusão às datas comemorativas (Dia das Mulheres e Dia das Mães). A parlamentar com maior número de postagens no tempo coletado foi Carla Zambelli, seguida de Bia Kicis e Joice Hasselmann, conforme mostra a Tabela 1. Elas também estão entre as deputadas com o maior número de seguidores entre todas as mulheres de direita eleitas em 2018.

Tabela 1: Número de *posts* por parlamentar em ordem decrescente

Deputada	Número de <i>posts</i>	Porcentagem
Carla Zambelli (PSL-SP)	78	18,44%
Bia Kicis (PSL-DF)	76	17,97%
Joice Hasselmann (PSL-SP)	66	15,60%
Flávia Arruda (PL-DF)	49	11,58%
Flordelis (PSD-RJ)	48	11,35%
Jaqueline Cassol (PP-RO)	46	10,87%
Professora Dayane Pimentel (PSL-BA)	27	6,38%
Major Fabiana (PSL-RJ)	22	5,20%
Caroline de Toni (PSL-SC)	11	2,60%
Total	423	100%

Fonte: Elaboração própria com base em dados da pesquisa.

O tema mais recorrente nos meses analisados foi a **participação política** de mulheres (como representantes eleitas, líderes de grupos, dentre outras), seguido de conteúdos sobre **família e violência**, conforme demonstra a Tabela 2.

Tabela 2: Temas mais presentes nas publicações das deputadas

Tema	Porcentagem
Participação política	22,22%
Família	15,84%
Violência	13,00%
Outros	11,35%
<i>Posts</i> exclusivamente comemorativos	9,69%
Cuidado	9,22%
Política antigênero	8,51%
Trabalho remunerado	5,44%
Saúde	1,89%
Beleza/aparência	1,42%
Direitos sexuais e reprodutivos	1,18%
Temas interseccionais	0,24%
Total	100%

Fonte: Elaboração própria com base em dados da pesquisa.

De posse desses descritivos, concentramos a análise a partir de agora nos discursos expressos pelas parlamentares no conteúdo coletado. A discussão se estrutura nos os cinco temas mais presentes: participação política, família, cuidado, violência e política antigênero, evidenciando uma postagem representativa de cada tema.

3.1 Os discursos

a) Violência

Nas postagens sobre violência, entre todas as deputadas, o discurso se aproxima daquele defendido por movimentos de mulheres no Brasil. A legitimação pública da

violência contra as mulheres não encontra eco no conteúdo das parlamentares de direita dessa amostra. Um acontecimento recente ajuda a ilustrar que este entendimento não é unânime na classe política brasileira: em setembro de 2021, um deputado estadual de Santa Catarina, Jessé Lopes (PSL), publicou uma foto ao lado do ex-marido de Maria da Penha, mulher que dá nome à lei brasileira de combate à violência doméstica. Mesmo condenado por tentativa de homicídio, o homem foi apresentado pelo parlamentar como alguém que teria “sua versão” para o crime.

O posicionamento em relação à violência contra a mulher nas publicações analisadas reforça a interpretação de que as políticas de direita oferecem uma perspectiva política inter cruzada por suas experiências como mulheres e sua interpretação de mundo mais conservadoras (BEALL; BARNES, 2020; WINEINGER; NUGENT, 2020). Assim, em temas como violência contra a mulher, mesmo que partindo de visões de mundo distintas, é possível identificar semelhança nas colocações de mulheres de direita com aquelas mais à esquerda no espectro político.

Nas legendas, textos e imagens das nove parlamentares analisadas está explícito o combate às práticas violentas, acompanhado de informes de sua atuação a partir de iniciativas institucionais para o enfrentamento e participação em eventos sobre o tema. Bia Kicis, ao postar uma foto da ministra da Mulher, da Família e do Direitos Humanos, informa que “@damaresalvesoficial1 está confiante de que o plenário do STF vai decidir por unanimidade que tese de legítima defesa da honra é inconstitucional” (IG BIA KCIS, 02/03/2021). A luta para que tal tese (que protege agressores de mulheres) deixasse de ser utilizada e aceita pela justiça brasileira é travada pelos movimentos de mulheres brasileiras desde os anos 1970 (SANTOS, 2008; SARMENTO, 2014; ELIAS; MACHADO, 2015; 2018).

Chama-nos a atenção como termos mobilizados também por grupos mais à esquerda foram acionados. A deputada Flávia Arruda, em uma postagem sobre o carnaval, menciona uma expressão que se tornou campanha de luta contra o assédio: “Não é não!”.

Vamos aproveitar o último dia de festa para se divertir, sorrir e dançar. A folia se torna muito melhor quando o respeito é praticado. E lembre-se: cada um no seu quadrado, NÃO É NÃO. #FláviaArruda #CarnavalSemAssédio #NãoÉNão #SeBeberNãoDirija #UseCamisinha (IG FLÁVIA ARRUDA, 05/03/2019).

Um caso de importunação sexual e ao mesmo tempo de violência política de gênero cometido por Fernando Cury (Cidadania) contra a deputada estadual Isa Penna (PSOL) dentro da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp)³ foi objeto de postagens de Joice Hasselmann. A parlamentar critica a punição ao acusado e, nas *hashtags* da postagem, enuncia, em letras maiúsculas, que se trata de uma “pautaFEMININA”. O uso do adjetivo “feminina” e não “feminista” evidencia a tendência retórica entre mulheres de direita em utilizar pautas e símbolos feministas, porém, esvaziando-os de seu sentido mais crítico.

ASSÉDIO SEXUAL É ASSÉDIO !!!
E ponto final!.Não podemos admitir assédio no século XXI !
Aconteceu no ambiente de trabalho!
A punição?
O deputado foi apenas afastado.
Afastamento de deputado NÃO É PUNIÇÃO!
São FÉRIAS remuneradas!
É um ABSURDO!.
#assedio #alesp #assediosexual #impunidade #pautaFEMININA
#conselhodeética
(IG JOICE HASSELMAN, 05/03/2021)

Uma marca diferencial das postagens das parlamentares à direita acerca do debate sobre violência é a questão da defesa do porte de armas. Joice Hasselmann e Bia Kicis repostaram vídeos e imagens de uma mulher reagindo a uma tentativa de assalto. Policial à paisana, ela atira e mata o assaltante. Bia Kicis legenda o vídeo com termos como “verdadeiro empoderamento” (IG BIA KICIS, 05/03/2021). Já Hasselmann publica: “O brasileiro de bem tem o direito de se defender! O que teria acontecido se esta mulher (policial) não estivesse armada? #fimdesarmamento #joicehasselmann #joicedeputadadobrasil” (IG JOICE HASSELMANN, 25/03/2019).

Observa-se, assim, uma característica importante nos movimentos de direita: sua ênfase em armas e em militarização e bem como a participação de mulheres de direita em visões mais combativas de feminilidade e de pertencimento ligadas à prática de tiros e ao porte de armas (ENLOE *et al.*, 2019).

a) Cuidado

³ Ver: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/04/01/caso-isa-penna-em-decisao-inedita-alesp-suspende-por-6-meses-mandato-do-deputado-fernando-cury-que-passou-a-mao-em-colega.ghtml>. Acesso em 09.02.2023.

O cuidado aparece como uma categoria frequente nas publicações das deputadas em estreito diálogo com o que vêm documentando os estudiosos de comunicação e política sobre o uso do *Instagram*. A ideia de “humanizar” o/a representante político/a, a partir de uma proximidade maior com o eleitorado e com traços da vida pessoal, é perceptível no conjunto analisado. Mas, no caso das mulheres políticas, a ênfase se dá na repetição de estereótipos da mulher cuidadora e maternal como “vocação”. São muitos os *posts* com fotos em família, em experiências de maternidade e tarefas domésticas.

Os termos utilizados evidenciam a compreensão sobre o cuidado. Flavia Arruda, ao legendar um vídeo em que aparece realizando exercícios físicos junto a uma criança, afirma que “mãe é assim, multitarefas!” (IG FLAVIA ARRUDA, 05/03/2020). A mesma parlamentar, na ocasião do dia das mães de 2019, assume no texto que “ cada amanhecer nos vemos preparadas para assumir com muito amor *esse ofício que é amar e cuidar*” (IG FLAVIA ARRUDA, 12/05/2019, grifos nossos). A naturalização desse “ofício” e o alinhamento entre ser mulher e mãe estão ilustrados em uma espécie de poema postado por Carla Zambelli, em alusão ao Dia Internacional da Mulher em 2021, junto da imagem da mesma com o número 8 na cor rosa⁴.

Mulher é **guerreira por natureza, mãe por amor**, profissional por competência, **dona de casa por habilidade**. Mulher, não importa sua idade, cor, país ou religião. Importa apenas seus atos, lutas, verdades, sonhos e coração! Não importa sua escolaridade, vaidade ou profissão. Importa apenas seus gestos de carinho, determinação e gratidão! Mulher, que você seja sempre lembrada, não apenas por um dia, mas no dia a dia, hoje e sempre! Feliz Dia Internacional da Mulher. (IG CARLA ZAMBELLI, 08/03/2021, grifos nossos)

Identifica-se que a comunicação das parlamentares analisadas é baseada em uma noção sobre “ser mulher”, que não rompe com a cristalização da maternidade e da experiência do cuidado. Sem pautar a necessidade de políticas públicas de cuidado ou novas formas de divisões das tarefas domésticas, é realçada a imagem da mulher que dá conta de diversas tarefas, inclusive as da política. Nesse sentido, é possível observar uma ideia que recorre a aspectos tradicionais de gênero, mas também denota assertividades e características tradicionalmente masculinas. Nos Estados Unidos, Sarah Palin, ex-candidata republicana à vice-presidência, cunhou o termo *Mama Grizzly* (Mamãe Urso), para referir-se

⁴ https://www.instagram.com/p/CMKOhJ3nvG_/

a si mesma. O termo atua como um dispositivo pelo qual Palin poderia “misturar [suas] qualidades e capacidades femininas e masculinas” (BURNS; EBERHARDT; MEROLLA, 2013, p. 688). A mãe urso é a mulher da “vida real”, que vai à luta e que avança em sua carreira política informada por suas experiências cotidianas e que busca um futuro melhor para seus filhos (BURNS; EBERHARDT; MEROLLA, 2013). Encontramos nas postagens brasileiras estudadas algo semelhante ao *Mama Grizzly* estadunidense, em que as mulheres da direita constroem *dispositivos* mediadores entre uma visão tradicional dos papéis de gênero e a possibilidade de usufruir de seus direitos políticos na esfera pública.

Mama Grizzly é, portanto, um exemplo de como as mulheres da direita constroem dispositivos mediadores entre uma visão tradicional dos papéis de gênero e a possibilidade de que mulheres usufruam seus direitos políticos na esfera pública e, por isso, pode ser extrapolado do contexto estadunidense. É possível observarmos em todo o mundo uma tendência retórica entre mulheres de direita a utilizar pautas e símbolos feministas (ligadas aos direitos das mulheres em participarem da vida política e da vida pública), porém, retirando dessas reivindicações seu caráter crítico revolucionário e utilizando-os em discursos e posturas individualistas.

b) Família

Similar à categoria anterior, nas postagens sobre família estão conteúdos de foro pessoal, mas também opiniões sobre os modelos e a tão propagada “defesa da família”, comum aos políticos conservadores. No material analisado, essa defesa se encontra na descrição de um lugar harmônico, sem conflitos ou desigualdades. Ela é também reforçada pelas representantes eleitas como uma das “bandeiras” de Jair Bolsonaro. Ressalta-se que, à exceção de Flordelis – uma mulher negra, mãe adotiva de dezenas de crianças –, a maioria das deputadas apresenta nas imagens de suas contas no *Instagram* uma constituição familiar heterossexual e majoritariamente branca. A valorização da família e a culpabilização de sua desestruturação por várias “mazelas sociais” também é uma constante entre as parlamentares, junto da ideia evocada da família como bênção divina, como em: “A família não é só o pilar de uma sociedade livre e soberana. A família é nosso refúgio, o lar para os nossos corações. Fui abençoada em ver a minha crescer ainda mais. Amo muito cada um de vocês! #DiaDaFamilia” (IG CARLA ZAMBELLI, 13/05/2020).

Uma das pautas mobilizadas com relação direta à da defesa da família é a da possibilidade de educação familiar. Bia Kicis e Caroline de Toni estão entre as defensoras

engajadas do *homeschooling*. A defesa se ancora na possibilidade de “transmissão de valores familiares” e na “liberdade” contra “perseguições”.

Descriminalização da Educação Domiciliar. Está na pauta de hoje da CCJC o PL 3262/2019, de minha autoria, que prevê que a educação domiciliar não configura crime de abandono intelectual. Precisamos trazer segurança para que as famílias tenham a liberdade de escolher esta modalidade de ensino, sem se sentirem amedrontadas por perseguições (IG BIA KICIS, 19/05/2021).

Esse enquadramento idealizado da família está no cerne das preocupações feministas quanto às implicações do neoliberalismo para a vida das mulheres. Como sustenta Biroli (2014), trata-se da defesa de um arranjo familiar específico frente à crescente privatização de responsabilidade (como nas discussões sobre o ensino domiciliar) junto da erosão de direitos e garantias públicas, que ignoram a pluralidade dos arranjos familiares e a própria ausência destes na vida de vários sujeitos. Ao acionarem esses sentidos específicos sobre a esfera familiar, as parlamentares acentuam as intensas diferenças entre as mulheres, sobretudo de classe e raça, dado que em um cenário de diminuição de serviços estatais “o custo e o trabalho da assistência recaem sobre os próprios indivíduos, quase sempre sobre as mulheres das famílias” (PELEGRINI, 2019, p. 201).

c) Política antigênero

Nesta categoria estão as publicações que expressavam diretamente a contrariedade frente a direitos relacionados a gênero e sexualidade. Três discussões principais estão presentes nos textos do *Instagram*. A primeira delas foi motivada por uma reportagem exibida no programa Fantástico (TV Globo)⁵. Nela, o médico Dráuzio Varella abraça Suzy, uma mulher transexual que está condenada em um presídio de segurança máxima, em uma matéria sobre a condição de vida das pessoas trans privadas de liberdade. A acusada foi presa por estuprar e matar uma criança, e o crime não havia sido mencionado durante a reportagem. Nos dias que se seguiram à veiculação do material, as parlamentares trouxeram à tona essa discussão, se posicionando contra “o transsexual”, termo utilizado por elas, e na “defesa da família da vítima”. O foco na identidade de gênero de Suzy associado ao crime foi recorrente.

⁵ Ver: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/03/01/mulheres-trans-presas-enfrentam-preconceito-abandono-e-violencia.ghtml>. Acesso em: 09 out. 22.

Outra discussão que atravessa tal categoria é acerca do uso do pronome neutro. Projetos de lei sobre o tema, repostagem de conteúdo externo e enfrentamento a essa flexão linguística que almeja maior inclusão via discurso são pautas das deputadas. Caroline de Toni informa sobre um PL que visa a proibir a linguagem neutra. Já Bia Kicis e Carla Zambelli republicam um vídeo em que uma criança questiona incisivamente seu professor, durante o ensino remoto, sobre o motivo de o profissional usar “todes” em sua fala, enfatizando que se sente incomodado. Na postagem, observa-se que a crítica à linguagem neutra é acompanhada de um apelo à uma ideia de nação e cultura “comum” – uma retórica presente nos movimentos de direita ao redor do mundo (DIETZE; ROTH, 2020 MOGHADAM; KAFTAN, 2019).

Na última quarta-feira, estive com o Ministro da Educação, Milton Ribeiro, para tratar do Projeto de Lei 5385/2020, de minha autoria, que proíbe a linguagem neutra. Em apoio à proposta, o Ministro reforçou seu posicionamento favorável à proteção do direito dos estudantes brasileiros ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com a norma culta. O que queremos é garantir que a escola brasileira ensine o português corretamente aos seus alunos. Tristes tempos em que precisamos defender o óbvio! @mineducacao @mrribeiro.mec (IG CAROLINE DE TONI, 07/05/2021).

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de criminalização da homofobia e transfobia⁶ também foi repercutida pelas deputadas, contrárias à reivindicação histórica de grupos de diversidade sexual e à competência da corte em decidir sobre o assunto. Em vídeo, Bia Kicis reforça “indignação”, sob o título “Supremo atropela Congresso e criminaliza a homofobia” (IG BIA KICIS, 25/05/2019).

Legislar em matéria penal é competência do Congresso! Além da evasão de poderes, o STF julgou a “criminalização da homofobia” com base em dados ABSOLUTAMENTE FALSOS! Um estudo do geneticista Eli Vieira mostra que o Grupo Gay da Bahia INFLOU EM DEZ VEZES o número de homicídios por homofobia no Brasil - foram 31, e o GGB disse 347. Mais uma razão para irmos às ruas no domingo! #Dia26BrasilNasRuas (IG CARLA ZAMBELLI, 25/03/2019).

Observamos nas postagens acima como as políticas de direita são agentes importantes dos movimentos antigênero, que usam uma estratégia de construção de

⁶ <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>. Acesso em 02.09.2021.

pânicos morais, em que crianças estariam ameaçadas pela “ideologia de gênero”; ao mesmo tempo em que elas estariam representando os grupos oprimidos por tal ideologia, colocando-se como as defensoras dos valores nacionais e tradicionais que estariam ameaçados (KUHAR; PATERNOTTE, 2017).

Outro ponto importante nessa retórica é a deslegitimação de instituições como o Supremo Tribunal Federal, que ocorre dentro de uma retórica secular, ao mobilizar visões específicas sobre a legislação e a Constituição. A estratégia de disputar tanto o vocabulário laico como o papel das instituições tem sido um recurso repetidamente empregado por movimentos de direita, especialmente quando ligados a setores religiosos e opositores as demandas de direitos sexuais e reprodutivos (VAGGIONE; MACHADO, 2020; ELIAS, 2021).

d) Participação política

Nas publicações sobre participação política, aparecem o diagnóstico de baixa presença feminina na política e o incentivo para que outras mulheres se candidatem. A celebração delas ocupando pela primeira vez espaços e cargos na casa legislativa também se faz presente, como quando Kicis assumiu a presidência da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça, importante posto da casa legislativa): “Primeira vez que uma mulher comanda a mais importante comissão da casa (IG BIA KICIS, 20/03/2019)”. No mesmo dia, a parlamentar informou que “dispensou de ser chamada de presidenta”, em clara alusão à demanda feita pela flexão de gênero do cargo pela ex-presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, primeira mulher a presidir a república brasileira.

Em comemoração ao 8 de março, Dayane Pimentel trouxe um vídeo⁷ da conta nacional do PSL, onde podemos ver as deputadas imitando um revólver (“arminha com as mãos”), gesto que Bolsonaro repetiu inúmeras vezes. É interessante notarmos os termos utilizados nos discursos das parlamentares, autoidentificadas como “guerreiras” e presentes nas “trincheiras” da vida política.

Maravilhoso time de guerreiras que está mudando o Brasil! Como é bom estar ao lado de vocês nessa "trincheira"... onde nosso amor por essa nação nos move na mesma direção. @carolinedetoni , @damaresalvesoficial1 , @majorfabianadepfed e @alinesleutjes , Feliz Dia da Mulher! Amo vocês! e o Brasil também (IG CARLA ZAMBELLI, 08/03/2020).

⁷ <https://www.instagram.com/p/BuwFXcthxkb/>

Novamente, chama a atenção a utilização de expressões que também aparecem em parte do movimento feminista, especialmente de vertente liberal, bem como o reforço a reivindicações feministas de reserva de vagas. Flavia Arruda celebrou a decisão do TSE de 30% de mulheres nas eleições internas aos partidos e os dados de maior taxa de sucesso de mulheres nos projetos de lei da Câmara.

Sexo frágil? Não mesmo!

Na semana em que celebramos o Dia Internacional da Mulher, um estudo mostrou que as parlamentares mulheres produzem e aprovam mais projetos de lei que os homens. Em 2020, nós, da bancada feminina da Câmara dos Deputados, fomos responsáveis pela aprovação de 24 projetos de lei, com destaque para as áreas de educação e saúde. Mesmo ocupando apenas 15% das cadeiras, continuamos nossa luta para fazer a diferença para nosso país! (IG FLÁVIA ARRUDA, 12/03/2021).

Por fim, umas das frases muito presentes nos *posts* é estampada por Joice Hasselmann em 08 de março de 2020, em uma imagem⁸ que trazia um “convite especial a todas as mulheres”, para construir um “um Brasil mais justo e íntegro, e com mais mulheres na política”. Ela expressa a necessidade de “usar a política para lutar pelos nossos direitos. Decidir o futuro do país não só com o voto, mas com a nossa candidatura nas urnas”. Hasselmann utiliza o *slogan* “Lugar de mulher é onde ela quiser”, estampado junto de sua foto em um fundo lilás, cor tão característica da simbologia feminista.

APONTAMENTOS FINAIS

A partir da análise de 423 postagens no *Instagram* de parlamentares da direita brasileira, observamos como o conteúdo temático e discursivo reforça uma tendência presente em outros países. Nessa tendência, as mulheres de direita simultaneamente se opõem às políticas de equidade e justiça de gênero, enquanto ressignificam pautas e objetivos de luta dos grupos feministas e progressistas. Essa constatação também está em consonância com pesquisas anteriores sobre direitos sexuais e reprodutivos, em que a análise dos discursos de grupos conservadores contrários à descriminalização do aborto revela que eles incorporam vocabulário laico e direitos das mulheres, porém, atribuindo a esse vocabulário valores distintos dos grupos feministas (ELIAS, 2021).

⁸ <https://www.instagram.com/p/B9eQzlkJbUQ/>

Observamos que o mesmo grupo de mulheres que realiza postagens transfóbicas e sobre o gênero neutro, ou reforça a violência contra as pessoas trans, as colocando como uma ameaça às crianças, também reivindica a participação de mulheres (cis) em cargos públicos, identificando na sub-representação feminina um problema. Além disso, a pauta da violência contra a mulher é explorada em seus discursos, embora não esteja acompanhada de uma apresentação textual sobre desigualdades e estruturas machistas e patriarcais. Desse modo, essas representantes políticas tratam do tema como uma questão pública, porém sem avançarem sobre pontos mais profundos e sobre as estruturas sociais desiguais que sustentam a violência. Sobre essas estruturas, vale mencionarmos que termos como “patriarcado” e “desigualdade” não aparecem em nenhum dos textos ou imagens do *corpus*.

Evidenciou-se, mais uma vez, que as mulheres de direita tendem a enfatizar papéis tradicionais de gênero fundamentando-se, especialmente, em performances relacionadas à maternidade e ao cuidado e reforçando uma visão binária do gênero; ao mesmo tempo, reivindicam uma feminilidade mais combativa e ativa, ligada às armas e à autodefesa. Nesse sentido, as representantes políticas eleitas possuem um papel-chave na construção de mecanismos mediadores entre uma visão tradicional dos papéis de gênero e a possibilidade de que mulheres usufruam seus direitos políticos na esfera pública. Ao fazer isso, essas mulheres atualizam o repertório da direita, ao mesmo tempo em que incorporam e ressignificam, dentro da ideologia conservadora, pautas feministas e progressistas.

Em respeito à análise, é relevante notar o fato de não termos explorado pautas interseccionais, em particular aquelas relacionadas à raça, dado que questões pertinentes à vida das mulheres negras não foram abordadas nas postagens analisadas. Mesmo quando discutindo violência, as parlamentares estudadas não abordaram a dimensão racial nem destacaram o fato de que as mulheres negras e periféricas são as mais vulneráveis a diferentes formas de violência. A ausência de uma tematização das desigualdades, especialmente as raciais, sugere uma acomodação superficial de algumas pautas progressistas que ganharam destaque e apoio social ao longo dos anos. Em outras palavras, as mulheres de direita incorporam discussões sobre a participação em espaços públicos e a violência contra as mulheres, mas dentro de um espectro político conservador, que não reconhece as desigualdades estruturais – ao contrário, as reforça.

Uma limitação do artigo a ser levada em conta em nossa análise é o tamanho da amostra utilizada, que pode ser considerado reduzido. Embora tenhamos realizado uma

análise de conteúdo das postagens relativas às mulheres, seus direitos e à ideia de família, publicadas nos meses de março e maio de 2019 a 2021, reconhecemos que uma amostra maior poderia fornecer uma visão mais abrangente e representativa. Outra limitação digna de nota é a ausência de uma análise quantitativa mais robusta em nosso estudo. Consideramos que essas limitações não prejudicam a discussão proposta neste artigo, mas se estabelecem como limites próprios da pesquisa realizada e que podem ser desenvolvidos em estudos futuros, com a expansão do escopo temporal, número de parlamentares e análises quantitativas.

Por fim, gostaríamos de apontar como a rede social analisada se torna um espaço relevante de visualização dessas expressões, através da construção de conteúdo próprio pelas parlamentares e da ampla visibilidade possibilitada pelas plataformas digitais. A interação de seguidores e demais usuários do *Instagram*, em comentários ou compartilhamentos, de reforço ou discordância dos discursos emitidos, está entre os interesses de pesquisas futuras. Outro ponto importante, a partir dos exemplos trazidos na análise, é acerca da rápida “resposta” das parlamentares a acontecimentos ou situações cotidianas, do cenário político e midiático, valendo-se de um “lugar de mulher” para o reforço de suas compreensões e defesas das pautas conservadoras.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Alba; LOMBARDO, Emanuela. (2018). Gender Equality and De-Democratization Processes: The Case of Spain. *Politics and Governance* [s. l.], v. 6, p. 2183–2463. Disponível em: <<https://doi.org/10.17645/pag.v6i3.1519>>. Acesso em: 14 fev. 2020.
- ARAÚJO, Clara. (2005). Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. *Revista de Sociologia e Política*. Paraná: UFPR., n.24 p. 193-215.
- ARAÚJO, Clara. (2010.) Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo: um estudo comparado entre Brasil e Argentina. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 18, n. p. 567-584.
- BABIRESKI, Flávia Roberta; EDUARDO, Maria Cecília; LORENCETTI, Mariana. (2020). As mulheres na Direita: perfil das deputadas federais de Direita no Brasil. In: *I Seminário Discente De Ciência Política da UFPR (Sdcp)*. Curitiba.p.1-12.
- BARDIN, Laurence. (2016). *Análise de conteúdo*. SP: Ed.70.
- BARROS, Antonio Teixeira *et al.* (2021). Presença parlamentar nas mídias sociais: a estruturação dos mandatos digitais na Câmara dos Deputados. *Revista de Informação Legislativa*, v. 58, n. 232, p. 57-86.
- BAUER, Martin. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. BAUER, Martin W.; GASKELL, George. (2003). *Pesquisa com texto, imagem e som*. Rio de Janeiro: Vozes. p.189-217.

- BEALL, Victoria D.; BARNES, Tiffany D. (2020). Mapping Right-Wing Women's Policy Priorities in Latin America. *Journal of Women, Politics and Policy*. [s. l.], v. 41, n. 1, p.36-65. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/1554477X.2020.1701929>>. Acesso em: 10 mar. 2022.
- BIROLI, Flávia (2014). *Família: novos conceitos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- BLEE, Kathleen M.; CREASAP, Kimberly A. (2010). Conservative and right-wing movements. *Annual Review of Sociology*. [s. l.], v. 36. Disponível em: <<https://doi.org/10.1146/annurev.soc.012809.102602>>. Acesso em: 20 fev. 2022.
- BURNS, Sarah; EBERHARDT, Lindsay; MEROLLA, Jennifer L. (2013). What is the difference between a hockey mom and a pit bull? Presentations of Palin and gender stereotypes in the 2008 presidential election. *Political Research Quarterly*. [s. l.]. V. 66, n. 3, p. 687–701.
- CALDEIRA, Sofia P.; DE RIDDER, Sander; VAN BAUWEL, Sofie. (2018) Exploring the politics of gender representation on Instagram: Self-representations of femininity. *DiGeSt. Journal of Diversity and Gender Studies*. [s.l.]. V. 5, n. 1, p. 23-42
- CODATO, A.; BERLATTO, F.; BOLOGNESI, B. (2018). Tipologia dos políticos de direita no Brasil. *Análise Social*. [s.l.]. V. 53, n. 229 (4), p. 870–897, 25 ago.
- CORRÊA, Sonia; KALIL, Isabela Oliveira. (2020). Políticas Antigênero em América Latina: Brasil - ¿La catástrofe perfecta? [S. l.]: *Observatorio de Sexualidad y Política*. (SPW). [Internet]. Rio de Janeiro. Disponível em <https://sxpolitics.org/GPAL/uploads/Ebook-Brasil%2020200204.pdf> Acesso em maio de 2023.
- CORRÊA, Sonia. (2017). Ideologia de gênero: rastros e significados. Folha de São Paulo, 5 Novembro. Disponível em <https://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2017/11/05/ideologia-de-genero-rastros-e-significados/>. Accessed 20 Janeiro de 2020.
- DIETZE, Gabriele; ROTH, Julia. (2020). Right-Wing Populism and Gender: A Preliminary Cartography of an Emergent Field of Research. In: RIGHT-WING POPULISM AND GENDER. [S. l.]: transcript Verlag,. p. 7–22. Disponível em: <<https://doi.org/10.14361/9783839449806-001>>. Acesso em: 10 dez. 2022.
- ELIAS, Maria Ligia Ganacim Granado; MACHADO, Isadora. (2015). A construção social da liberdade e a Lei Maria da Penha. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*. Pelotas: UFPel. V. 3, n. 1, p. 88–109.
- ELIAS, Maria Ligia Ganacim Granado; MACHADO, Isadora. (2018). Fighting Gender Inequality: Brazilian Feminist Movements and Judicialization as a Political Approach to Oppose Violence Against Women. *Public Integrity*. Taylor & Francis. v. 20, n. 2.
- ELIAS, Maria Ligia Ganacim Granado. (2021). The Issue of Abortion in Contemporary Brazil: An Analysis of Feminist Litigation in the Supreme Court. *Feminist Legal Studies*. [S. l.], n. 0123456789. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s10691-021-09457-3>>. Acesso em: 10 fev. 2023.
- ENLOE, Cynthia *et al.* Ask a feminist: Gender and the rise of the global right. *Signs*, [s. l.], v. 44, n. 3, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/701162>

- FILIMONOV, Kirill; RUSSMANN, Uta; SVENSSON, Jakob. (2016). Picturing the party: Instagram and party campaigning in the 2014 Swedish elections. *Social media+ Society*. V. 2, n. 3, p. 2056305116662179.
- GRZEBALSKA, Weronika; PETŐ, Andrea. (2018). The gendered modus operandi of the illiberal transformation in Hungary and Poland. *Women’s Studies International Forum*, [s. l.], v. 68, p. 164–172,. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.wsif.2017.12.001>>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- GUTSCHE, Elisa *et al.* (2018). *Triumph of the Women*. The Female Face of the Far and Populist Right in Europe. Berlin: Friedrich-Ebert-Stiftung, [S. l.]. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/dialog/14636.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2020.
- HEMSLEY, Jeff; MASON, Robert M. (2013). Knowledge and knowledge management in the social media age. *Journal of Organizational Computing and Electronic Commerce*. V. 23, n.1-2, p. 138-167.
- HIRSCH-HOEFLER, Sivan; MUDDE, Cas. (2013). *Right-Wing Movements*. [S. l.: s. n.]. Disponível em: <<https://doi.org/https://doi.org/10.1002/9780470674871.wbespm381>>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- KOVÁTS, Eszter; PŐIM, Maarii. (2015). *Gender as symbolic glue*: the position and role of conservative and far right parties in the anti-gender mobilizations in Europe. *European Progressive Studies*. [S. l.].
- KRIZSAN, Andrea; ROGGE BAND, Conny. (2019). Gendering Democratic Backsliding in Central and Eastern Europe. A comparative agenda. [S. l.]: Central European University.
- KUHAR, Roman; PATERNOTTE, David. (2017). *Anti-gender campaigns in Europe*: mobilizing against equality. [S. l.: s. n.].
- MACHADO, Maria das Dores Campos. (2018). The christian discourse of “Gender ideology”. *Revista Estudos Feministas*. [S. l.]. V. 26, n. 2, p.-18. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n247463>>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- LYNCH, Christian. (2017) Conservadorismo Caleidoscópico: Edmund Burke e o pensamento político do Brasil oitocentista. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n.100, p. 313-362.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. (2011). *Caleidoscópico convexo: mulheres, política e mídia*. São Paulo: UNESP.
- MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. (2017). “Ideologia de gênero”: Notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, [s. l.], v. 32, n. 3, p. 725–747. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203008>>. Acesso em: 15 fev. 2021.
- MOGHADAM, Valentine M.; KAFTAN, Gizem. Right-wing populisms north and south: Varieties and gender dynamics. *Women’s Studies International Forum*, [s. l.], v. 75, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.wsif.2019.102244>>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- MORITZ, Maria Lúcia. (2019). As Vereadoras das Capitais Brasileiras: um balanço dos 20 anos da lei de cotas (1996–2016). *Gênero Na Amazônia*. Belém: GEPEM/UFPA. N.15, p.34-48.
- NORRIS, Pippa. (1997). *Women, media, and politics*. New York: Oxford University Press.

- PAYNE, Leigh A.; DE SOUZA SANTOS, Andreza Aruska. (2020). The Right-Wing Backlash in Brazil and Beyond. *Politics & Gender*, [s. l.], v. 16, n. 1, p. E6, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/S1743923X20000057>>. Acesso em: 3 maio 2020.
- PELEGRINI, Mauricio. Michel Foucault e a crítica feminista ao neoliberalismo. (2019). In: RAGO, Margareth; PELEGRINI, Mauricio (orgs.). *Neoliberalismo, feminismos e contracondutas: perspectivas foucaultianas*. SP: Intermeios, p. 191-212.
- PINEDA, Antonio; BELLIDO-PÉREZ, Elena; BARRAGÁN-ROMERO, Ana I. (2020). “Backstage moments during the campaign”: the interactive use of Instagram by Spanish political leaders. *new media & Society*. [s.l.]. p. 1461444820972390.
- POWER, T. J.; ZUCCO JR, C. (2009). *Estimating ideology of Brazilian legislative parties, 1990-2005: a research communication*. *Latin American Research Review*, Cambridge, v.44, n.1, p. 218–246.
- QUEVEDO-REDONDO, Raquel; PORTALÉS-OLIVA, Marta. (2017). Imagen y comunicación política en Instagram. Celebrificación de los candidatos a la presidencia del Gobierno. *Profesional de la Información* [s.l.], V. 26, n. 5, p. 916-927.
- RAMÍREZ, Gabriela Arguedas. (2020). “Ideología de género” lo “post-secular”, el fundamentalismo neopentecostal y el neointegrismo católico: la vocación anti-democrática. *Observatorio de Sexualidad y Política*(SPW), proyecto basado in ABIA,. [S. l.]
- ROSS, K. (2002). *Women, politics, media: uneasy relations in comparative perspectives*. New York: Hampton Press.
- RESENDE, Viviane; RAMALHO, Viviane. (2006). *Análise de discurso crítica*. SP: Contexto.
- ROTH, Julia. (2020). The Pandemic as a Prism: Patterns of En-Gendering and Contestations to Women’s and Gender Rights in Times of Corona – TRAF0 – Blog for Transregional Research. [S. l.],. Disponível em: <<https://trafo.hypotheses.org/25082>>. Acesso em: 9 ago. 2021.
- SANTOS, Cecília MacDowell. (fev. 2008). Da Delegacia da Mulher à Lei Maria da Penha: Lutas feministas e políticas públicas sobre violência contra mulheres no Brasil. In: *Colóquio Estudos Feministas e Cidadania Plena*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- SARMENTO, Rayza. (2014). Entre tempos e tensões: o debate mediado antes e depois da sanção da lei brasileira de combate à violência doméstica contra a mulher (2001 a 2012). *Revista Feminismos*, v. 2, n. 1, p.94-112.
- SCRUTON, Roger. (1980). *O que é conservadorismo*. São Paulo: É Realizações.
- SELVA-RUIZ, David; CARO-CASTAÑO, Lucía (2017). Uso de Instagram como medio de comunicación política por parte de los diputados españoles: la estrategia de humanización en la “vieja” y la “nueva” política. *Profesional de la Información*. [s..l]V. 26, n. 5, p. 903-915.
- SANTIAGO, Joanna Krywalski; CASTELO, Inês Moreira. (2020). Digital influencers: An exploratory study of influencer marketing campaign process on Instagram. *Online Journal of Applied Knowledge Management* (s.l), V. 8, n.2, p. 31-52.
- SLIMOVICH, Ana (2021). El Instagram de Alberto Fernández en tiempos de pandemia por COVID-19. *Cuadernos del Centro de Estudios en Diseño y Comunicación*. Palermo. 136, 24, p.91-111.

SILVA TAROUCO, G. da; MADEIRA, R. M. (2013). Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro: análise de conteúdo de documentos programáticos. *Revista Debates* Rio Grande do Sul: UFRGS, v.7, n. 2, p.93-114.

SPIERINGS, Niels.(2020). Why gender and sexuality are both trivial and pivotal in populist radical right politics. *Right-Wing Populism and Gender: European Perspectives and Beyond*. [S. l.], n. 41, p.41-58.

TARULLO, Raquel. (2021). La comunicación política en Instagram: el caso de las diputadas soror@s en la Argentina. *Postdata*, v. 26, n.1, p. 233-256.

TIRADO-GARCÍA, Alejandra; DOMÉNECH-FABREGAT, Hugo. (2021). Interacción imagen fotográfica-texto como estrategia de comunicación política en Instagram durante la campaña electoral del 28A de 2019 en España. *El Profesional de la Información [s..l]*. v. 30, n. 2., p.-16.

VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria Das Dores Campos. (2020). Religious Patterns of Neoconservatism in Latin America. *Politics and Gender*. [S. l.]. V. 16, n. 1, p. 6–10. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/S1743923X20000082>>. Acesso em: 10 fev. 2023.

VENTURA, D; REIS, R. (2021). *An unprecedented attack on human rights in Brazil: the timeline of the federal government’s strategy to spread Covid-19*. Offprinted. São Paulo: CEPEDISA/USP and Conectas Human Rights.

VERLOO, Mieke. (2018). *Varieties of opposition to gender equality in Europe*. [S. l.]: Routledge.

WINEINGER, Catherine; NUGENT, Mary K. (2020). Framing Identity Politics: Right-Wing Women as Strategic Party Actors in the UK and US. *Journal of Women, Politics and Policy*, [s. l.], v. 41, n. 1, p. 91–118. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/1554477X.2020.1698214>>. Acesso em: 12 fev. 2021.

Rayza Sarmiento

Doutora em Ciência Política pela UFMG, professora adjunta da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Maria Ligia G.G Rodrigues Elias

Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, professora no Programa de Pós-Graduação em Gestão do Conhecimento nas Organizações na UniCesumar.

Gabrielle Marques

Doutoranda em Ciência Política pela UFMG. Mestra em Ciências Sociais pela UFJF. Graduada em Ciências Sociais pela UFV.